

TECENDO OS FIOS DA AUTOBIOGRAFIA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA ESCOLA JUDICIAL

Rita de Cássia Araújo Alves Mendonça (autora) - Escola Judicial e UFRN/PPGE
rita@trt21.jus.br

Edileuza de Medeiros Roque Monteiro(co-autora) - Instituto de Formação Superior
Presidente Kennedy e UFRN/PPGE
edimonteiro@supercabo.com.br

Resumo: As escritas de si expressam caminhos da formação do ser profissional no âmbito da Escola Judicial junto aos servidores públicos federais da Justiça Trabalhista e vem possibilitando uma reflexão significativa para construção de novos saberes e práticas educativas necessárias em favor de uma política educacional democrática. Tecer os fios epistemológicos e metodológicos por meio da pesquisa-ação-formação com o método (auto)biográfico vem proporcionando uma prática de auto-formação, hetero-formação e eco-formação rumo ao sujeito social, crítico, reflexivo e sensível.

Palavras chaves: Formação profissional, autobiografia, Escola Judicial.

INTRODUÇÃO

A temática expressa neste projeto de pesquisa encontra-se lugar na necessidade emergente de um novo paradigma educacional de formação continuada de profissionais no ambiente do trabalho. O cotidiano dos serviços das instituições públicas vem preocupando a sociedade em razão do baixo nível de qualidade dos serviços públicos, da insatisfação dos usuários, da desmotivação dos servidores, das limitações dos programas de capacitação com cursos pontuais, descontínuos e restritos aos conteúdos técnicos.

A maioria das Escolas de Governo possui uma estrutura embrionária que requer uma reflexão urgente das práticas educacionais e da gestão educacional, para superar uma cultura de produtividade e celeridade que permeia as ações de “atualização” e “aperfeiçoamento” pré-definidos e normatizados no programa de capacitação dos serviços públicos. É por isso que a dinamização dos novos espaços do conhecimento pela educação tornou-se uma tarefa social tão importante nas instituições governamentais. Neste contexto, surge o espaço da Escola Judicial no âmbito do Poder Judiciário como construção de novos saberes e novas práticas.

Neste estudo, a abordagem está centrada no estudo da formação continuada de profissionais na Escola Judicial do Poder Judiciário, para buscar um novo paradigma educacional de formação de servidores públicos federais. Faz-se necessário pensar ainda qual o tipo de formação do profissional de Direito para atuação em cargos específicos de analista judiciário e técnico judiciário, como o do Analista Judiciário – Especialidade em Execução de Mandados, cargo do Oficial de Justiça Avaliador Federal, pois tais questões envolvem as instituições formadoras. É mister refletir sobre os Cursos acadêmico-científicos e programas

de aperfeiçoamento e atualização para atuação dos servidores públicos em cargos de alta complexidade. Na maioria das vezes, os Programas de formação profissional têm se limitado a forma tradicional, onde apenas a dogmática impera e, mesmo essa esfera curricular é tratada como um campo de desenvolvimento técnico de conteúdo linear, sem adequação à complexidade social (GUSTIN, 2006).

Ao mesmo tempo, conforme Maurice Tardif (2002) e Gauthier (1998) é urgente uma reforma do ensino e do processo de profissionalização para legitimar a profissão dos educadores, a fim de superar o que Tardif (2001) destacou como “Os saberes sem ofícios e os ofícios sem saberes”. Portanto, este processo não deve ser restrito ao Ensino Infantil, Fundamental, Médio e Universitário, mas ir além buscando repensar a Formação Continuada no ambiente do trabalho.

Segundo Gustin (2006), parte-se, pois, do pressuposto que na atual complexidade da sociedade humana a aprendizagem deve ser inovadora. Não se trata apenas de “novos” conteúdos programáticos e curriculares e da assimilação de dados artificialmente “atualizados”. Esse aprendizado deve se construir a partir de uma educação democrática, numa visão integrada de saberes vivenciais com a educação jurídica, pautada numa perspectiva sistêmica, complexa, vivencial, capaz de ultrapassar as obviedades dos manuais e dos programas enclausurados ao campo restrito do Direito.

Essa aprendizagem deve se expressar pela re-significação do processo educacional. Os saberes experienciais figuram atualmente nos programas de formação como fundamentais para que o professor construa seu processo de reflexão (PIMENTA, 2005). Estes saberes permitem ao professor estabelecer pontes entre sua história, suas aprendizagens ao longo da vida e sua maneira própria de ser e estar no mundo, com as teorias e as práticas, as suas e as do outro. Freire (2001) menciona a existência da experiência socialmente acumulada e Tardif (2002, p. 39) ressalta que os “saberes brotam da experiência, são por ela validados”.

Neste novo olhar pedagógico pautado na sensibilidade da alma, surge uma possibilidade dialógica com muitos saberes no ensino jurídico da Escola Judicial. O trabalho neste campo promove processos de subjetivação que está para além dos saberes e práticas tecnológicas estruturados.

Por outro lado, o governo brasileiro considerou como importante referência na construção das novas políticas públicas na área da educação o relatório da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI, da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (DELOR'S, 2003), o qual apresenta quatro pilares para educação: *aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver junto e aprender a ser.*

Esse relatório sugere novas práticas pedagógicas que promovam um repensar sobre a vida, enquanto componentes de uma educação de valores, onde sejam estimuladas as práticas do dever de compreender melhor a si mesmo, ao outro, de compreender melhor o mundo. Foram estes referenciais que subsidiaram a elaboração da proposta de reorganização do modelo educacional brasileiro a partir da Lei de Diretrizes e Bases. Nela, a educação se coloca como abrangente aos processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Portanto, o objetivo deste estudo é compreender e analisar a escrita de si numa proposta de formação profissional da Escola Judicial. Acreditamos que somente através da pesquisa qualitativa poderia ter uma justa compreensão do tema, para buscar, interpretar, conhecer e desenvolver os dados destas teias subjetivas da formação profissional.

Neste percurso para encontrar um caminho de formação profissional dos servidores públicos federais, gerou algumas preocupações: Como a escrita de si torna a atividade judicante uma prática de sentido? Qual a visão do servidor público federal sobre a sua trajetória de formação para tornar-se oficial de justiça avaliador federal? Quais foram os saberes necessários ao profissional para o exercício da execução de mandados?

Ao mesmo tempo, é preciso superar a epistemologia clássica, conforme Ferrarotti (1988, p.29) nos fala no trecho a seguir:

[...] a especificidade do método biográfico implica a ultrapassagem do quadro lógico-formal e do modelo mecanicista que caracterizam a epistemologia científica dominante. Se queremos utilizar sociologicamente o potencial heurístico da biografia sem trair as suas características essenciais (subjetividade, historicidade), devemos projetar-nos para fora do quadro epistemológico clássico.

Neste processo, o método (auto)biográfico toma corpo próprio e distingue-se por ser uma metodologia baseada na narração da própria história, “tratando-se de uma metodologia de pesquisa e de formação orientada por um projeto de conhecimento coletivo e individual, associado a um processo de formação existencialmente individualizado” (JOSSO, 2004, p.85).

Gaston Pineau e Marie Michele (1983) definem o método como processo de apropriação do seu poder de formação, sendo Pineau precursor na utilização das Histórias de Vida como auto-formação, gerando um espaço no qual a abordagem passa a ser vista como

método e metodologia. O objetivo principal da pesquisa-formação é essencialmente emancipatório (NÓVOA, 2000), uma vez que rompe com a natureza de relacionamento sujeito-objeto de muitas pesquisas, estabelecendo a relação sujeito-sujeito e promovendo a construção de conhecimentos individual de cada um dos sujeitos, mediada pelo coletivo e vice-versa.

TRAÇANDO OS FIOS DA AUTOBIOGRAFIA NA EDUCAÇÃO.

Auto-bio-grafar é aparar a si mesmo com suas próprias mãos.[...] como a ação de cuidar de si e de renascer de outra maneira pela mediação da escrita. (PASSEGGI, 2008, p. 28)

Pensar e escrever sobre as escritas de si, as histórias de vida, o caminhar para si, a auto, hetero e eco-formação foi preciso estabelecer um breve diálogo acerca dos estudos biográficos de Pierre Dominicé (1988, 2006); Pineau (2006); Delory-Momberger (2000); Josso (2001 e 2004); Nóvoa (1992); Finger (1992); Souza (2004); Passeggi (2003, 2006, 2008).

Gaston Pineau precursor na utilização das Histórias de Vida como auto-formação, situa a escrita de si como arte profissional. Delory-Momberger (2000, 1996, p. 241), diz que: “Gaston Pineau propôs que seja reconhecido e analisado o poder transformador da história de vida e examinados as condições nas quais ela pode entrar num processo de formação.” As afirmações de Pineau e Le Grand (1996) sobre as histórias de vida pressupõem a “construção de sentido” sobre uma memória que possui significado, conexões e tessituras entre os arquivos, fatos e sentimentos que visualizam e revelam a percepção de si mesmas como “territórios das escritas do eu”. Estes territórios incluem três dimensões da história de vida como possibilidades de expressão: o material gráfico, os relatos orais e os meios visuais. De acordo com estes autores, os territórios compreendem a exploração do aspecto mais íntimo do ser humano, revelando momentos significativos da existência humana.

Delory-Momberger (2000) afirma que a narrativa de si adquire reconhecimento popular no fim dos anos 70 e para Nóvoa (1992) a abordagem (auto)biográfica é resultado da necessidade de um novo paradigma de conhecimentos científicos, para resgatar a participação dos sujeitos face às estruturas e os sistemas, assim como valorizar a abordagem qualitativa face à quantitativa, possibilitar a vivência face ao instituído. Neste sentido, vai se

configurando progressivamente o reconhecimento da autonomia do sujeito, como autor/ator de sua própria história.

Para Souza (2004, p. 2004), a “história de vida” é compreendida da seguinte forma:

A utilização do termo **História de Vida** corresponde a uma denominação genérica em formação e investigação, visto que se revela como pertinente para a autocompreensão do que somos, das aprendizagens que construímos ao longo da vida, das nossas experiências e de um processo de conhecimento de si e dos significados que atribuímos aos diferentes fenômenos que mobilizam e tecem a nossa vida individual/coletiva (grifo do autor).

Passeggi destaca (2006, p. 2), “A formação através das práticas autobiográficas rompe, portanto, com a concepção de transmissão de saberes e se caracteriza como a busca da compreensão de si mesmo e de suas relações com o saber”. Neste sentido, é consenso entre vários autores que as histórias de vida vêm gerando um amplo espaço para a concretude da abordagem teórica e metodológica, método e metodologia no campo da pesquisa, estendendo-se em muitas áreas do conhecimento. Souza (2004, p. 139) acrescenta:

As variadas tipificações ou classificações no uso do método biográfico inscrevem-se no âmbito de pesquisas sócio-educacionais como uma possibilidade de, a partir da voz dos atores sociais, recuperar a singularidade das histórias narradas por sujeito históricos, sócio-culturalmente situados, garantindo o seu papel de construtores da história individual/coletiva intermediada por suas vozes.

Em sua dedicação aos estudos e reflexões acerca dos memoriais auto-bio-gráficos, Passeggi (2008, pp. 28-29), diz que *autos* é a identidade, o eu consciente dele mesmo, *Bios* é a vida simplesmente vivida e a *Grafia* é o meio de um novo nascimento do eu, referindo-se à arte profissional de tecer uma figura pública de si, em que as narrativas trazem implicações pessoais e sociais e imprimem as marcas individuais e coletivas, onde o sujeito está inserido, visto que ao narrarmos, não apenas descrevemos, seguindo uma ordem cronológica, factual, mas sim narramos o que a memória seleciona entre as experiências e as lembranças, sendo a memória uma construção social.

A memória vincula-se às experiências e não a meros acontecimentos, tomando experiências no sentido definido por Larrosa (2002) como algo que nos acontece, e nos marca. Requer um parar para pensar, para olhar, para sentir, mais devagar, exige uma

disponibilidade. Por isto, ao ativarmos a memória realizamos o que Souza (2006) denomina da arte de lembrar, um processo de recuperação do eu, que envolve a própria memória, o tempo e o esquecimento. Pois a memória está inscrita num tempo, que permite as ligações que produzem as lembranças.

Tem sido consenso a afirmação de que as lembranças próximas, pessoais são expressas a partir de ponto de referências sensoriais como odores, barulhos, sensações que ativam a memória, a partir do que cada um viveu e vive sua maneira de fazer as escolhas, de situar suas pertencas, interesses e aspirações, de contemplar suas subjetividades, de selecionar o que faz parte das narrativas.

Ao puxar um fio, muitos outros começam a aparecer neste enorme tear que compõe a nossa história, cruzando-se, afastando-se e criando novos caminhos, num movimento contínuo entre o pessoal e o profissional, que não pode ser desconsiderado e sim fortalecido, como propõe a abordagem educativa experiencial. A narrativa das experiências atua como momento de interpretação e reelaboração de si, uma oportunidade formadora e propiciadora de elementos para ressignificar, organizar o percurso biográfico, a partir do que marcou a história, o que Josso (2004) chama de recordações – referências, acontecimentos que considero simbólico na vida.

As reflexões acerca das narrativas (auto)biográficas, desvelam as potencialidades da pessoa ao longo da vida, as articulações e valores que orientaram as escolhas, nos diversos percursos, pessoal ou profissional, analisadas em termo de aprendizagens acumuladas durante a vida. Josso (idem) agrupa em: existências, instrumentais, relacionais e reflexivas que permitem identificar claramente que estes processos formativos, implicam em conhecimentos, contribuem para reflexão não só retroativa, mas atual e prospectiva sobre suas demandas e processos formativos.

Discutir a relevância da pesquisa do Si Mesmo na formação profissional propicia o encontro com resultados de pesquisas que sinalizam as grandes etapas deste percurso e revelam o quanto é significativo ter consciência da própria formação e as relações que entrelaçam as histórias pessoais e histórias institucionais no mesmo momento. As pesquisas realizadas por Melo (2007) e Carrilho (2007) sobre as vivências e escritas de si na formação profissional traduzem a reflexão sobre si e a elaboração do projeto de vida que possibilitaram aos atores (re)ver suas representações sobre os saberes herdados e foram de grande importância para o autoconhecimento e o despertar de uma força autoformadora no desenvolvimento singular de cada auto/ator, propiciando-lhe um novo modo de ver e viver a profissão docente.

Para Passeggi (2003, p. 2),

[...] a narrativa autobiográfica é, para o narrador, lugar de reconstrução de saberes profissionais e identitários e torna-se, por essa mesma razão, um método privilegiado para o pesquisador ter acesso ao universo da formação e à subjetividade do adulto.

Nesta perspectiva, tomamos as narrativas (auto)biográficas como escritas de si que revelam as histórias de vida e o caminho para o processo de investigação-formação da reflexão de si como o ser protagonista, ou seja, autor/ator de sua própria história, desconstruindo, re-construindo e re-significando a sua formação de ser no mundo.

Assumido como tal, ressaltamos que este caminho não apela ao psíquico para operar sobre o psiquismo, porém ela induz reações emocionais socializadas no quadro coletivo construído. O que merece destaque é a clareza do propósito estabelecido na utilização dos relatos de si como possibilidades de formação profissional. Em relação às breves considerações restritivas ao uso do processo investigação-formação e a interface com o processo terapêutico, Christine Delory-Momberger (2006) afirma que:

O estatuto declarado dos relatos autobiográficos produzidos no coletivo os define explicitamente como materiais de trabalho para um projeto de si profissional. O dispositivo e as regras de funcionamento estabelecem os limites do trabalho de formação: afirmação repetida do quadro não terapêutico da formação, compromisso da palavra pessoal em relação a si próprio e aos outros, co-responsabilidade do grupo e das atividades daí decorrentes, não-submissão dos estagiários ao animador ou dos estagiários entre si. As fronteiras entre terapia e formação estão desse modo claramente demarcadas, e o esforço para permanecer no quadro definido e aceito é objeto de um trabalho permanente de auto e de co-vigilância da parte dos participantes, dos estagiários e do animador. (CHRISTINE DELORY-MOMBERGER, 2006)

Entre essas incursões que foram se sucedendo e dando sentido umas as outras e se influenciando, procuramos prosseguir articulando-os e conectando-os com outras áreas do conhecimento teórico-metodológicas.

ELEMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

O percurso escolhido foi o da pesquisa-formação com o método (auto) biográfico, possibilitando a investigação, a prática de formação e a intervenção social da formação

profissional. Esta referência na perspectiva teórica da abordagem (auto)biográfica é entendida como apresentada por Nóvoa e Finger (1988), Pineau (2004, 2006), Josso (2004, 2006), Dominicé (2006), Passeggi (2003), Ferrarotti (1988) para compreender a formação do adulto nos três aspectos referidos por Pineau (1988): auto-formação, hetero-formação e eco-formação.

A concepção metodológica da pesquisa-formação utilizada nas histórias de vida está no fato de que o autor da narrativa procure “atingir uma produção de conhecimentos que tenham sentido para eles e que eles próprios se inscrevam num projeto de conhecimento que os institua como sujeitos” (JOSSO, 2004, p. 25).

Assim, os estudos sobre as histórias de vida nas situações de pesquisa e de formação contribuem para a (des)construção e re-construção de experiências tanto de quem a escreve como do pesquisador.

O método autobiográfico reconhece tanto os saberes formais externos aos sujeitos, quanto dos saberes subjetivos e não formalizados que as pessoas transportam consigo, os quais são tecidos nas suas experiências de vida em diferentes contextos socioculturais (DELORY-MOMBERGER, 2000). A incorporação desses saberes, no processo de formação do adulto, possibilita a construção de sua autonomia como ator e autor de sua autoformação.

A compreensão dos fatos e das situações vivenciadas durante a vida está intimamente relacionada com o processo de formação de cada sujeito. Esses entendimentos atuam como fonte inspiradora para a construção das representações de si e dos contextos nos quais elas emergiram. O indivíduo em formação “só se torna sujeito dessa formação no momento em que a sua intencionalidade é explicitada no ato de aprender e em que é capaz de intervir no seu processo de aprendizagem e de formação” (JOSSO, 1988, p. 50). Essa abertura, para expor as suas experiências e intenções durante o processo de formação conduz o adulto a uma aprendizagem significativa.

Nessa perspectiva, a (auto)biografia descortina-se como instrumento valioso para identificar os momentos marcantes, as continuidades e as rupturas que foram significativas na trajetória de vida do adulto e para a reflexão e a tomada de consciência desses fatos dando sentido às várias dimensões de sua formação. As narrativas, contadas oralmente ou por escrito, constituem-se em lugar privilegiado de formação e de reconstrução de saberes, tornando-se elemento significativo para o desvelamento de como as pessoas transformam as suas representações ao longo da trajetória de vida e alteram as influências postas nessas trajetórias na maneira de se posicionarem e de agir.

Portanto, as reflexões situam as investigações em educação sobre a formação de profissionais, que tomam como quadro epistemológico a abordagem (auto)biográfica (NÓVOA, 1992, PASSEGGI, 2003) e ancora-se na pesquisa qualitativa.

O território desta teia de pesquisa-formação é a Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho 21ª Região, constituída como espaço de formação sem fins lucrativos e parte integrante da estrutura organizacional do TRT 21, fundada em junho de 2006. O propósito da Escola é promover a formação inicial e continuada de Magistrados e Servidores. A Diretoria da Escola Judicial é composta por um Conselho Diretivo formada por Juízes do Trabalho (Diretor e Vice-diretora), um Conselho Consultivo formado por 01(um) Desembargador e 03(três) Juízes do Trabalho, bem como uma equipe de coordenação, planejamento, desenvolvimento e monitoramento, para atender uma clientela de aproximadamente 600 (seiscentos) serventuários.

CONTEXTUALIZANDO OS ARTESÃOS DA TEIA: O OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR NA JUSTIÇA DO TRABALHO.

Inicialmente, participaram diretamente 12 (doze) servidores públicos federais da Justiça do Trabalho, utilizando a análise fenomenológica para compreender os saberes experienciados, por meio dos Ciclos de estudos, vivências e diálogos, como um processo de experiência de uma prática educativa de (auto) formação com os servidores públicos federais na Escola Judicial. Os participantes puderam compartilhar no grupo as narrativas (auto)biográficas, possibilitando re-significar a vida no trabalho.

Neste processo de se desvelar ao outro, com idas e vindas nos deparamos com uma categoria de servidor público do judiciário, o Oficial de Justiça Avaliador e as reais necessidades específicas de formação profissional de uma classe do servidor público federal. Conforme a Lei 11.416, de 15/12/2006, Art. 3º, diz que:

O Oficial de Justiça Avaliador Federal é um cargo efetivo da área judiciária, privativo de bacharel em Direito, Servidor Público concursado, que atua no Judiciário Federal: Justiça do Trabalho, Justiça Federal, Justiça Militar e Tribunais Superiores. As atribuições do Oficial de Justiça Avaliador Federal consta no Código de Processo Civil, Consolidação da Leis Trabalhista (CLT), Lei de Execuções Fiscais e outras. Compete ao Oficial de Justiça o processamento de feitos, execução de mandados, análise e pesquisa da legislação, doutrina e jurisprudência nos vários ramos do Direito, bem como elaboração de pareceres jurídicos. E, ainda, cujas atribuições estejam relacionadas com a execução de mandados e

atos processuais de natureza externa, na forma estabelecida pela legislação em vigor (BRASIL, 2006).

No cotidiano do trabalho, a vida de um oficial de justiça encontra muitas dificuldades para cumprir as ordens judiciais, devido à insegurança que cerca as atividades. Afinal, muitos já correram riscos de morte ao entregarem suas intimações em locais considerados perigosos. As dificuldades para cumprir os mandados de citação e intimação interferem diretamente no andamento dos processos.

Portanto, para as entidades de classe, é necessário desenvolver um Programa de Formação continuada que deve ir além de orientações técnicas, mas que acima de tudo contribua para formar um cidadão com potencial para re-significar a postura profissional, com competência e sensibilidade solidária para fortalecer o sentido da vida e superar as condições de trabalho.

ANÁLISE DE RESULTADOS

A importância dos relatos representava a oportunidade dos colaboradores da pesquisa pensar e escrever sobre suas memórias em relação à aprendizagem profissional ao longo da vida, pois através desses relatos buscávamos compreender como os Oficiais de Justiça estavam concebiam a formação para atuar como servidores públicos no cargo de execução de mandados, assim como ocorreu os saberes por eles construídos e a relação entre a formação acadêmica, a formação inicial no trabalho, a formação continuada e as suas atividades profissionais.

As narrativas contribuíram para ressignificar a imagem que os colabores da pesquisa tinham da profissão, pois eles sentiam a necessidade de reconhecimento e valorização como servidor público pertencente ao quadro funcional da instituição, uma vez que a atuação profissional é caracterizada fundamentalmente pela atividade externa, ou seja, pela entrega de mandados entre outras ações judiciais em residências ou estabelecimentos comerciais.

[...] Ao refletir sobre a minha prática profissional, verifico o período que passo fora da instituição entregando mandados nas residências e estabelecimentos comerciais, identificando endereços, mapeando as áreas que devo ir. Muitas vezes procuro respeitar o espaço do outro, compreender a sua situação, orientar as pessoas. Percebo quanto é importante a minha missão para a eficácia do processo judicial, pois sinto que estou representando a instituição do poder judiciário. Até mesmo quando os colegas que estão na instituição não reconhecem o nosso papel e esforço para cumprir nossa tarefa, muitos consideram que temos liberdade de horários e nosso trabalho é “fácil”, mas

somente quem passa a correr riscos diários nas ruas e no trânsito, procurando localizar e encontrar o outro é quem sabe o quanto é difícil e árduo o nosso trabalho.

[...] Muitas vezes não sinto-me preparado para enfrentar uma situação adversa, pois cada caso é um caso, e muitas vezes somos surpreendidos com a reação do outro, ora somos bem recebidos e respeitados e ora temos que ouvir as reclamações e insatisfações com muito desprezo. Mas, hoje, compreendo a importância e necessidade de estar preparado diante destas situações na minha atividade e acho que deveríamos ter mais oportunidades de uma formação adequada para atuar em casos diversos. (E.A.D)

À medida que eles revelavam as escritas de si num cumprimento dos mandados aos poucos recuperavam as lembranças e alegria de relatar, contar e partilhar histórias, vivências e a compreensão do mundo. Como pode ser observado nos relatos (auto)biográficos:

[...] coisas que encontro por aí, quando vou trabalhar. Outro dia, fui fazer uma diligencia no interior e encontrei um guiné e lembrei-me de minha infância na zona rural. Hoje em dia, vivemos na cidade e não temos lembranças da vida rural junto com a natureza. Esta foi uma boa oportunidade de recordar a minha infância. Mas, também coloquei aqui uma figura feia (caveira), pois é como sou recebido quando chego para entregar um mandado (E.D.A).

O estudo também evidenciou que o início da carreira profissional foi marcado por expectativas positivas por ser aprovado na carreira profissional do poder judiciário federal. Entretanto, as narrativas apresentaram as dificuldades de exercer um cargo de alta complexidade sem contudo uma formação adequada e específica, uma vez que os cursos de formação profissional não contemplavam uma formação ampla, diversa e plural para atuar em condições adversas. Nas vozes dos atores, a formação de si mesmos e de suas atividades judicantes aconteceram à medida que eles exerciam as atribuições do cargo.

A escrita de suas (auto)biografias favoreceu a construção de novos saberes, contribuiu para (auto)formação rumo a construção de um novo modo de ver e viver a profissão. Desta forma, tornar-se Oficial de Justiça Avaliador Federal, no cargo de Analista Judiciário – Execução de Mandados, como cargo privativo de bacharel em Direito, se fez na interface dos contextos vivenciais e experienciais da vida pessoal, profissional e social, refletida na escrita reflexiva sobre a trajetória de formação, as vivência e a relação com o outro.

Neste percurso da formação profissional, uma trajetória de situações pessoais, familiares e profissionais se entrecruzam revelando o processo de formação humana, para

vivenciar a condição do sujeito autônomo, crítico, livre e feliz, comprometido consigo mesmo, com o outro, com o trabalho e com o mundo:

A cozinha com os suprimentos diários, as crianças brincando com meu marido e essa sou eu deitada. Estou muito cansada. Esta pasta aqui representa meu trabalho: responsabilidades. Estou muito preocupada com os mandados para entregar. A família está no contexto. Eles representam muito para mim. Mas não estou livre para participar dos momentos da minha família (F.R.R., 2007).

E, por fim, os participantes puderam compartilhar no grupo a experiência significativa durante as Oficinas, possibilitando re-significar o trabalho e recuperar a alegria de viver e o encantamento profissional, fortalecendo os vínculos, o afeto e a competência solidária.

Este momento (Oficina) foi muito importante para mim, pois eu estava muito desanimada e desencantada com a vida e o trabalho, estava cansada... E, hoje, eu recuperei o sentido e o significado da família e do trabalho, mas sei que preciso organizar meu tempo e me divertir mais para estar forte e enfrentar a vulnerabilidades do dia-a-dia de nossas atividades com alegria. Lá fora não vai mudar nada, mas eu aprendi a mudar o meu jeito de olhar a vida e o trabalho. Isto é mais importante! (M.S.E, 2007).

Adorei estes encontros, aprendemos a nos conhecer melhor e ter consciência de nossas fragilidades. Ao mesmo tempo, descobrimos a necessidade de cuidar de si e do outro. Acho que o nosso grupo está mais unido. Depois de conhecer melhor cada um na sua individualidade, passamos a respeitar mais o nosso colega e compreendê-lo (L.S.R., 2007).

Assim, a compreensão do ser humano, não mais como objeto do seu trabalho, passivo, mas como usuário-cidadão, co-partícipe do processo de re-significar de forma permanente o serviço público. A política de formação do servidor público pautada na educação e (auto)formação vem proporcionando a necessidade de novos estudos na direção da formação continuada que reconheça o processo das experiências do trabalho e fatos vividos como contribuição para as mudanças dentro de si mesmo e nas relações com o outro.

De acordo com Melo (2008), parece ser consensual que é por meio da própria voz do profissional, de suas representações de mundo, suas crenças, desejos, motivações e dificuldades que se pode melhor (re) pensar a sua formação. Chené apud Melo (1988), afirma que ao escrever a sua (auto) biografia, “a pessoa em formação pode reapropriar-se da sua experiência de formação”, reconstruir-se como pessoa e como profissional, (re)descobrir os

significados atribuídos aos fatos vividos e ampliar sua compreensão sobre si mesma e sobre sua profissão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verifica-se portanto uma profunda necessidade de revisão dos significados e fundamentos de nossas posturas e práticas frente à temática da formação profissional, considerando o papel das Instituições de ensino, a relação com o ser aprendente enquanto um ser integral que tem histórias, sentimentos e emoções.

Pensar a formação inicial e continuada de Magistrados e servidores não é tão fácil quanto parece, pois a dogmática impera e a esfera curricular é tratada como um campo de desenvolvimento técnico, racional e linear, sem qualquer adequação à complexidade social, tecnológica e econômica da sociedade atual que se mundializa. Entretanto, não é suficiente reformar estruturas, se faz necessário reformar pensamentos, buscar novos enfoques e saberes para pensar a educação como um processo de fluidez, em que a emoção, o sentimento e as vivências estejam em permanente interação numa rede de sentidos e significados para as pessoas em sua subjetividade humana, considerando as interações recorrentes históricas, sociais, políticas, econômicas, culturais e psicológicas.

Reconhecer a historicidade de cada um, como sujeito ativo, participante do conjunto de relações sociais que mobilizam e transformam a realidade é urgente e necessário. O homem, neste sentido, passa a ser, simultaneamente, parte integrante de uma sociedade e visto como autor e ator da própria história, que, por sua vez, é entendida como o modo de relacionar-se com outros homens e com a natureza. A compreensão do usuário-cidadão, co-partícipe do processo de produção dos serviços públicos, impõe ao servidor, o compromisso com desenvolvimento de um trabalho competente, humano e ético.

Pelo exposto, este estudo revela a voz dos profissionais para esclarecer acerca do seu processo formativo no exercício de uma prática judicante com sentido, e, assim, contribuir para a definição de uma política de formação profissional na Escola Judicial.

As análises das (auto) biografias vêm contribuindo para ampliar a reflexão acerca do processo de formação do adulto. As escritas de si descortinam-se como instrumento valioso para identificar os momentos marcantes e significativos na trajetória de vida do adulto. A tomada de consciência desses fatos vem dando sentido às várias dimensões de sua formação, influenciando na maneira de se posicionarem e de agir, favorecendo a motivação e o encantamento no trabalho. A expectativa é continuar com o espírito pesquisador para emergir

dos elementos dos sujeitos as respostas acerca das inquietações das práticas educativas no âmbito da Escola Judicial, buscando descobrir novos saberes da formação do ser humano, não mais como objeto do seu trabalho, passivo, mas como usuário-cidadão, co-partícipe do processo de re-significar de forma permanente o ser profissional.

Certamente, que as letras desenhadas neste estudo possam nos dizer uma parte do que as instituições públicas de formação precisam para se desenvolver quanto programa de formação de profissionais, que sejam efetivos e culturalmente sensíveis, por partirmos do próprio universo do sujeito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CHENÊ, Adéle. A narrativa de formação e a formação de formadores. In: NÓVOA, António; FINGER, Mathias (org.). *O Método (auto)-biográfico*. Tradução: Maria Nóvoa: Lisboa: Ministério da Saúde, 1988.

CARRILHO, M. De Fátima Pinheiro. *As Estratégias interativas do tutor no processo de reconstrução do memorial de formação*. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2002

DELORS, Jacques. *Educação: um tesouro a descobrir*. 8ª ed. Tradução: José Carlos Eufrásio São Paulo: Cortez: Brasília, DF: MEC: UNESCO. 2003. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI.

DELORY-MOMBERGER, Christine. *Formação e socialização: os ateliês biográficos de projeto*. In: Revista Educação e Pesquisa. São Paulo, V. 32, No. 02 – maio/agosto, 2006, p. 359-370.

DOMINICÉ, Pierre - A biografia educativa: instrumento de investigação para a educação de adultos. In: NÓVOA, António e FINGER, Mathias – *O método (auto)biográfico e a formação*. Lisboa: MS/DRHS/CFAP, 1988.

FERRAROTTI, Franco. *Sobre a autonomia do método biográfico*. In: NÓVOA, António; FINGER, Mathias. *O método (auto)biográfico e a formação*. Lisboa: MS/DRHS/CFAP, 1988. p. 17-34.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

GAUTHIER, C. *Por uma teoria da pedagogia. Pesquisas contemporâneas sobre o saber docente*. Ijuí, (RS), Editora Unijuí, 1998.

GUSTIN, Miracy B.S., DIAS, Maria Tereza F. *(Re) Pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática*. 2ª Ed.rev., ampl., atual. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

JOSSO, Marie-Christine. *Experiências de vida e formação*. Trad. José Claudino e Júlia Ferreira. São Paulo, SP: Cortez, 2004.

LARROSA, Jorge. *Narrativa, identidade y desidentificación*. In: LARROSA, J. La experiencia de la lectura. Barcelona: Laertes, 1996.

MATURANA, H. & VARELA, F. *A árvore do conhecimento*. Campinas: Psy. 1995.

MARTURANA, Humberto e DE BEZEPKA. Sima Nisis. *Formação humana e capacitação*, 4 ed. São Paulo: Vozes, 2003.

MELO, Maria José Medeiros Dantas. *Olhares sobre a formação do professor de matemática: imagem da profissão e escrita de si*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2008.

MENDONÇA, R.A.A. *Educação vivencial humanescente: Política de formação para os servidores públicos federais na Escola Judicial*. Anais do ENDIPE. Porto Alegre, 2008.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem feita: repensar a reforma reformar o pensamento*. Tradução: Eloa Jacobina- 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

NÓVOA, António. *Vidas de professores*. Porto: Porto Editora, 2000.

PASSEGGI, Maria da Conceição. *A formação do formador na abordagem autobiográfica. A experiência dos memoriais de formação*. In: SOUZA, Elizeu Clementino; ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. (Org.). *Tempos, narrativas e ficções: a invenção de si*. Porto Alegre: EDIPURS, 2006, v. , p. 203-218.

PINEAU, Gaston & MICHELE, Marie. *Produire sa vie: autoformation et autobiographie*. Montreal: Editions cooperatives Albert Saint-Martin, 1983.

PIMENTA, Selma Garrido. *Formação de professores: identidade e saberes da docência*. IN: PIMENTA, Selma Garrido. (Org.) *Saberes Pedagógicos e atividade docente*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SOUZA, Elizeu Clementino de. *O conhecimento de si: estágio e narrativas de formação de professores*. Rio de Janeiro, RJ: DP&A; Salvador, BA: UNEB, 2006.

TARDIF, Maurice. *Saberes docente e formação profissionais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002